





Paula Leal

REVISTA

'PRECISAMOS ACABAR COM O ATIVISMO JUDICIAL NO PAÍS', DIZ IVES GANDRA MARTINS

O jurista acredita que o ativismo do STF pode fragilizar a democracia e defende o direito do presidente de nomear qualquer membro da Polícia Federal

8 MAIO 2020, 05:55

Aos 85 anos, o jurista e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Ives Gandra da Silva Martins, foi mais uma das vítimas do novo coronavírus. Ele deu entrada no Hospital Sírio-Libanês em 28 de fevereiro para uma cirurgia nos divertículos. Em razão de complicações, entrou em coma e seu quadro tornou-se gravíssimo. Recuperando-se, ainda internado, contraiu no hospital a covid-19. Ives Gandra recebeu alta em 4 de abril, continua em quarentena domiciliar e tem trabalhado ativamente. No período de descanso pós-

internação, aproveitou o tempo para terminar seu novo livro, *A Humanidade e Seus Dilemas*, em que faz uma reflexão a respeito dos grandes impasses do século XXI.

O jurista trabalha há 62 anos como advogado, é membro da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia Paulista de Letras e sócio benemérito, conselheiro nato e ex-presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo. É também pai do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra da Silva Martins Filho.

Para Gandra Martins, o STF tem atuado de maneira equivocada ao invadir a competência de outros poderes. “Durante minha trajetória jurídica, aprendi que uma democracia só se sustenta se há respeito à Constituição, e não por vontade de um magistrado de mudar a Constituição”, diz. E faz um desabafo: “O que me entristece como cidadão é verificar que os debates que eu sempre vi acontecer no Supremo hoje não são técnicos, mas sim políticos”.

O advogado e professor conta que já foi convidado três vezes para ocupar uma vaga como ministro do Poder Executivo mas nunca aceitou e não se arrepende da decisão. De sua casa e por telefone, Gandra Martins concedeu a seguinte entrevista à Revista **Oeste**.

Como o senhor avalia a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes de vetar a nomeação de Alexandre Ramagem para a chefia da Polícia Federal?

Embora eu goste e admire muito o trabalho do ministro Alexandre de Moraes, acho que a decisão dele invadiu a competência exclusiva do presidente da República. O próprio ministro Marco Aurélio Mello se posicionou e disse que uma decisão dessa importância tem de ser tomada pelo colegiado, pois é a própria imagem do Supremo que está em jogo. Precisamos acabar com o ativismo judicial no país. Se a Constituição diz que precisamos ter harmonia e independência entre os poderes, cada poder deve ter uma função definida e um poder não pode se sobrepor a outro. O presidente do STF, Dias Toffoli, também defende a ideia de que é preciso parar com o ativismo judicial. Parece

que a reação dentro do Supremo foi de solidariedade em respeito à biografia do ministro Alexandre de Moraes. Mas, nos bastidores, pelo que os jornais têm apresentado, diversos ministros não concordaram porque foi uma interferência em ato que a lei diz ser discricionário do presidente da República.

Faz algum sentido comparar a indicação de Ramagem com a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ministro da Casa Civil no mandato de Dilma Rousseff, em 2016?

Não faz sentido. Quando o então juiz federal Sergio Moro impediu a nomeação do ex-presidente Lula, ele se baseou em uma conversa em que a então presidente da República dizia expressamente que Lula seria nomeado para deslocar a competência de Curitiba para os tribunais superiores. Naquele caso havia uma prova material. No caso da indicação do Ramagem, não há fato concreto, comprovado.

O senhor cita o problema do ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal. Pode mencionar alguns exemplos e quais os riscos de decisões que seguem essa linha?

Eu advogo há 62 anos, antes até de dois ministros do STF terem nascido [*Dias Toffoli e Alexandre de Moraes*]. O Poder Judiciário tem avançado o sinal na invasão de competência, e isso me entristece. Durante minha trajetória jurídica, aprendi que uma democracia só se sustenta se há respeito à Constituição, e não por vontade de um magistrado de mudar a Constituição. Tem havido nos últimos tempos, desde a gestão do ex-presidente Lula, invasão de competência do Supremo. Isso, a meu ver, apesar da notoriedade e da respeitável biografia dos ministros, representa a fragilização da democracia. O Supremo tem feito a lei, seja no caso do veto da nomeação de Ramagem, seja na hipótese de prisão antes do trânsito em julgado da sentença. [*Em novembro de 2019, o STF derrubou a possibilidade de prisão em segunda instância, alterando entendimento da Corte adotado desde 2016.*] Também no caso de casamento de homossexuais. Veja, não tenho nada contra, mas a Constituição é clara ao dizer que casamento só existe entre

homem e mulher, essas são as hipóteses constitucionais. No processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, o ministro Ricardo Lewandowski, como presidente do Supremo na ocasião, não poderia nunca ter aceitado aquela proposta. *[A pedido do PT, o ministro Lewandowski fatiou a votação em duas etapas, uma sobre a perda do mandato e a outra sobre a inabilitação de seus direitos políticos. A petista foi cassada mas preservou o direito de disputar eleições e ocupar postos na administração pública.]* Pela Constituição, quem sofre *impeachment* por improbidade perde direitos políticos por oito anos. O Judiciário deve ser apenas um legislador negativo. Ou seja, quando o Congresso faz uma lei que é contra a Constituição, cabe ao STF dizer que a lei é inconstitucional. Mas se o STF começa a criar leis, caso o cidadão não concorde com o que for decidido, não será possível recorrer a nenhuma instituição, uma vez que o Supremo já é a última instância do Judiciário.



Ives Gandra Martins advoga há 62 anos e critica a invasão de competência do STF | Foto: Andreia Tarelow

Como o senhor avalia atualmente a qualidade do debate no STF?

Fui convidado para ser ministro do Poder Executivo em três ocasiões e nunca aceitei. Também fui convidado para ser candidato a senador e não aceitei. Não quis seguir carreira política e nunca me arrependi dessa decisão. Como jurista, como cidadão que nunca quis ser além de professor universitário e advogado, me entristece verificar que os debates que eu sempre vi acontecer no Supremo hoje não são técnicos, mas sim políticos. O caso de um ministro agredir outro com termos violentos, como vimos recentemente, não acontecia no passado. A partir do momento em que o Supremo passou a dar guarida a todo partido derrotado que tenta invalidar decisões do Legislativo e do Executivo, o que vemos é o seguinte: para suprirem seu fracasso representativo, os derrotados deslocam sua função, sua representação eleitoral para um colegiado eleito por um homem só. Porque, para ser ministro do Supremo, basta o presidente indicar um nome. Felizmente, temos tido grandes indicações para o cargo de ministro. Mas, sempre que o Supremo decide intervir, ele estimula outros partidos a fazer o mesmo em suas derrotas legislativas.

Como o senhor avalia a forma como o ex-juiz Sergio Moro pediu demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 24 de abril?

O Moro fez um grande papel, passou para a história do Brasil como alguém que combateu a corrupção, mas a meu ver, infelizmente, sua imagem ficou um pouco desfigurada com a maneira cinematográfica como saiu do cargo, lançando o Brasil numa crise desnecessária em um momento difícil. Eu, que sempre o elogiei, fiquei decepcionado com o perfil de uma figura do porte e do valor do ex-ministro Moro.

O que senhor achou do depoimento do ex-ministro, que foi divulgado da tarde de terça-feira 5?

Esperava que o Moro, quando disse ter provas inequívocas contra o presidente, fosse mostrar alguma coisa a mais do que disse no depoimento. Ele não trouxe nada de novo. Defendeu que a direção da Polícia Federal não tinha de ser modificada, que havia uma pressão política, mas não há nenhuma

prova disso. É um direito do presidente, como chefe do Executivo, nomear e modificar a indicação de qualquer membro da PF. Bolsonaro poderia perfeitamente dizer ao ministro, que é um subordinado dele, “eu quero mudar este diretor”. E, veja, o Valeixo [*Maurício Valeixo foi exonerado do cargo em 24 de abril*], que é um bom cidadão, disse que estava cansado do exercício da função. Bolsonaro indicou outro delegado com uma carreira política e nenhum processo judicial administrativo contra ele: um cidadão que dirigia a Abin [*Alexandre Ramagem é diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência desde julho de 2019*], participou da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro e é respeitadíssimo entre seus colegas. Na prática, o que houve foi alguém que queria dizer: “O Ministério da Justiça me pertence. O senhor presidente da República não manda nada. Quem manda aqui sou eu, o senhor pode nomear, mas de acordo com minha indicação, já que eu não tenho competência legal para isso”. Ora, isso não tem sentido. Quando vejo nas principais manchetes do jornal “Você tem 27 superintendências, eu só quero uma”, essa é a grande frase para justificar a maneira como o ministro pediu demissão do cargo? Ora, o presidente tem a prerrogativa de nomear não um, mas todos os 27 superintendentes.

Com essas manifestações de rua que pedem a volta do AI-5 e da ditadura, o senhor acredita que exista alguma ameaça à democracia brasileira?

Nenhuma. Mas acho que só existem esses atos porque o STF passou a ter uma atividade judicial. É só ver quantos bonecos do Supremo foram colocados nas ruas contra os ministros. E por que eu digo que não há nenhuma chance? Uma das instituições em que leciono Direito Constitucional há 31 anos é a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. Os coronéis têm uma mentalidade de serviço à pátria e respeito à Constituição e à democracia que é impressionante. Meu sentimento é de que os oficiais, os coronéis, são moderados e têm um profundo comprometimento com a democracia. Essa é a razão pela qual a chance de uma intervenção militar no país é zero. Vivemos um período de turbulência, é fato, mas as instituições estão firmes e as Forças Armadas são o esteio da democracia.

Como o senhor avalia a atuação do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia do coronavírus?

As ações do ex-ministro Mandetta e do atual ministro da Saúde estão corretas, defendendo o confinamento. O governo não está indo mal. Todas as medidas estão sendo tomadas. A questão é que o grande inimigo do presidente Bolsonaro é o presidente Bolsonaro. Neste momento difícil, se analisarmos as grandes dificuldades, o governo tem procurado atender nos limites de sua força, até porque não tem receita mas tem gastos acelerados e ainda precisa auxiliar vários Estados e municípios. São Paulo tem atacado o presidente mas está recebendo um auxílio monumental por parte do governo federal. Agora, acho incorreta essa atitude do Bolsonaro de ficar brigando com a imprensa. É uma briga em que ele necessariamente sairá derrotado. Ele tem de fazer o trabalho dele e deveria seguir a orientação do vice-presidente Mourão, que tem uma frase que eu acho notável: “Não se deve entrar em batalha que não se pode ganhar”. Deixa a imprensa dar a impressão que quiser. Ele deve fazer o governo dele e não responder a qualquer provocação como se ainda fosse deputado. Ele precisa lembrar que é presidente da República. Cito, por exemplo, o trabalho do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos da ministra Damares Alves. O que eles estão fazendo para o atendimento de gente pobre nesse período do coronavírus é impressionante. São 97 iniciativas e não vejo nenhum jornal publicar nada. Se o Bolsonaro não estivesse em briga permanente com a imprensa, essas boas obras que estão sendo feitas apareceriam mais e não seriam ignoradas.

O senhor está com 85 anos e contraiu a covid-19. Como recebeu a notícia e como foi a recuperação? Como foi sua rotina durante o confinamento?

Dei entrada no Hospital Sírio-Libanês em 28 de fevereiro para uma cirurgia nos divertículos. Na sequência, tive uma isquemia, que é uma espécie de infarto. Quando estava me recuperando na unidade cardiológica, tive uma sepsia e passei seis dias em coma. Fiquei entre a vida e a morte. Quando me recuperei, fui para o quarto e deveria sair em dois ou três dias. Mas aí recebi o

diagnóstico da covid-19 e permaneci mais onze dias no hospital. Tenho a impressão de que, pelo fato de ter artrite há trinta anos, por conta dos medicamentos que tomo para a doença, ao contrário dos outros problemas que tive, o coronavírus foi bem leve. Faz 32 dias que saí do hospital. Estou tranquilo. Tenho trabalhado muito de casa. Escrevo artigos para jornais, participo de programas de TV, dou entrevistas, além de escrever. Aproveitei esses dias de descanso para terminar meu livro *A Humanidade e Seus Dilemas*, que procura refletir sobre os grandes impasses do século XXI. Embora o físico esteja debilitado, a artrite ainda não atingiu a cabeça. *[Risos]*



TAGS

ALEXANDRE DE MORAES, ATIVISMO JUDICIAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEMOCRACIA, IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, JAIR BOLSONARO, POLÍCIA FEDERAL, SERGIO MORO, STF, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Paula Leal

36 Comentários

Mario Melo no 8 de maio de 2020 a partir do 12:53

É amigos, homem sóbrio e sereno está aí... Deus o abençoe!

RESPONDER

Solange Alves F Souza no 8 de maio de 2020 a partir do 13:34

Grande jurista e cidadão. Parabéns, inclusive pelos comentários a respeito do ativismo judicial e sobre Bolsonaro. Todos lúcidos e a meu ver, corretos.

RESPONDER

Paulo Cesar Franco no 9 de maio de 2020 a partir do 16:22

Grande Professor e jurista! Um oásis no deserto intelectual em que vivemos!

RESPONDER

Paulo Eduardo Magalhães no 8 de maio de 2020 a partir do 14:11

De fato, no STF tem muito político e pouco jurista. Com relação ao Moro, entendo que ele agiu corretamente.

RESPONDER

Andrea Nero Santos no 9 de maio de 2020 a partir do 09:31

Ótima entrevista. Parabéns a jornalista. Esse time da Oeste é demais. Melhor assinatura.

RESPONDER

Divido essa entrevista em 3 partes: A primeira é para pedir a Paula Leal que me explique a qual "ditadura" se referiu na pergunta sobre as manifestações populares? Será que ela pensou em Cuba, Nicarágua, Venezuela, Coréia do Norte ou algumas ditaduras africanas? Que idade você tem, Paula Leal? Pela foto, dá pra ver que você não viveu aquela época. Assim sendo, só posso deduzir que essa estória lhe foi repassada por algum professorzinho esquerdopata de alguma dessas "faculdades de jornalismo" dessas USP's ou Unicamp's da vida.

Mais uma vez, que fique bem claro. NÃO HOUE "ditadura" nenhuma! Qualquer vida perdida é importante, mas as 454 que morreram no período, a maioria comprovadamente envolvidas com atos terroristas, são grãos de poeira comparadas às milhões exterminadas sob os regimes de Stalin, Mao, Pohl Pot e Fidel Castro.

Concordo em parte com a avaliação do Prof. Gandra quanto ao Presidente. Porém, é imperativo considerar que desde o primeiro dia de governo ele vem sendo achincalhado, ofendido e atacado por uma imprensa sordida. Nada do que faz de bom (e são dezenas), é publicado. Só porque ele cortou as astronômicas verbas publicitárias que alimentavam uma corja de vagabundos? Acabaram as mamatas!

O Presidente é assim há muitos anos. Foi assim durante a campanha. 58 milhões de eleitores votaram nele por ser exatamente o que é. Ahhh, mas agora ele é Presidente, tem que se comportar à altura do cargo. Façam-me o favor!!!!

Quanto ao "ministro" Alexandre de Moraes, até entendo a forma delicada de Prof. Gandra em elogiá-lo, afinal são colegas. Mas não resta a menor dúvida que esse "sujeitinho" enlameou o currículo ao meter o nariz onde não lhe compete.

Alegar uma relação de amizade do delegado Ramagem com o Presidente como motivo para essa intervenção estapafúrdia, é motivo para avaliação psiquiátrica.

Com relação ao ex-ministro Moro, acho que a sua atitude me lembrou muito a do ex-presidente Jânio Quadros, que com sua renúncia esperava uma gigantesca reação popular para voltar nos braços do povo. Moro achou que seu pedido de demissão seria o fim do governo Bolsonaro. Quanta ingenuidade!

RESPONDER

Wagner Destro no 8 de maio de 2020 a partir do 18:58

Caro Alberto, concordo plenamente com você. Acredito que seus comentários melhoraram – e muito – essa matéria.

RESPONDER

Antonio De Pádua Coelho no 9 de maio de 2020 a partir do 01:07

iu

RESPONDER

Alvaro Luiz Devecz no 13 de maio de 2020 a partir do 01:02

Ótima colocação de suas palavras lúcidas, inclusive colocando a jornalista no seu devido lugar da ignorância ensinada por professores esquerdistas que não viveram o melhor período do Brasil .

RESPONDER

Maria Helena Streicher Vieira no 9 de maio de 2020 a partir do 09:35

Excelente comentário. Vejo exatamente assim os três pontos destacados.

RESPONDER

Alessandra Regina da Silva Ghiraldelli no 10 de maio de 2020 a partir do 10:51

Sr. Alberto também concordo com sua análise.

Quanto ao Dr Ives Gandra é um oásis de sabedoria jurídica, se metade daqueles ministros do STF tivessem um pouco da sabedoria dele, acho que seríamos melhor amparados.

RESPONDER

Márcio André de Alcântara Souza no 17 de maio de 2020 a partir do 01:12

Concordo em gênero, número e grau!

RESPONDER

Rodrigo no 8 de maio de 2020 a partir do 16:33

Parabéns, Paula, pela escolha do entrevistado!

O trabalho do jornalista é fundamental pois nos coloca em contato com o pensamento de personalidades brasileiras da estatura do professor Ives Gandra.

Gostei de conhecer a posição do professor Ives sobre a postura atual do STF.

O que mais gostei, sobretudo, foi saber que o professor Ives está bem de saúde e que ele continua construindo mais saber jurídico para o Brasil.

Quanto ao termo "ditadura", penso que o Brasil viveu em um regime político no qual não se admitia sequer votar para presidente da república.

Essa ausência de um ato político democrático elementar, o voto, a meu ver, exprime um regime autoritário, que se legitima sem apoio popular e, que,

portanto, caracteriza sim, uma ditadura, a exemplo do que ainda hoje ocorre em Cuba e na Coreia do Norte.

RESPONDER

Rogério Storino Gonçalves Gomes no 12 de maio de 2020 a partir do 10:04

Presumo que você não viveu neste período. O apoio popular foi enorme!

RESPONDER

Dione Martins Muniz no 8 de maio de 2020 a partir do 18:06

PROF. IVES GANDRA MARTINS É UM DOS MAIORES BALUARTES DESTA NOSSA PAÍS. HOMEM HONRADO, DEDICADO, TALENTOSO, SAGAZ... ENFIM, ÍMPAR! QUE DEUS O ABENÇOE, MAIS E MAIS E SEMPRE

RESPONDER

miguel Gym no 8 de maio de 2020 a partir do 18:09

Há tempos não via um advogado, jurista ou prof. de direito, se expressar com tamanha lucidez e sabedoria. Sem medo de melindrar alguém, mas nem por isso, deixar de dizer a verdade. É raro nesse meio corporativista. Mas com suas três negativas de aceitar convite para ministro do STF fiquei aliviado. Venho de uma geração em que os ministros e juristas eram admirados por sua retórica, conhecimento, ética e dialética. E ele me dá a imagem e conceitos dos atuais. Eles não tem esse perfil. Revista OESTE, Paula Leal meus parabéns e Prof. Ives, meus respeitos e admiração. Vou esperar seu livro.

RESPONDER

Renato S Jacob no 8 de maio de 2020 a partir do 21:51

**Excelente entrevista. Dr Gandra é um sabio.
Fico feliz em ve lo bem de saude novamente
Parabéns**

RESPONDER

Teresa Lampoglia no 9 de maio de 2020 a partir do 10:26

Excelente entrevista. Ouvir a opinião de uma pessoa tão sensata é reconfortante nestas época tão irracional em que estamos vivendo. Mas me chamou a atenção o final da entrevista, quando ele falou dos problemas de saúde recentes, da sua luta contra a morte e, depois de tudo, da infecção com o Covid 19, indicando que está foi muito leve, talvez em função dos remédios que toma contra a artrite, há muito tempo. Muito interessante.

RESPONDER

Viviane Nabinger no 9 de maio de 2020 a partir do 12:57

**“Parece que a reação dentro do Supremo foi de solidariedade em respeito à biografia do ministro Alexandre de Moraes”, sua citação. E a deles, como fica, quando desrespeitam a Constituição para serem solidários?
E a do trabalhador brasileiro, que sequer tem chance de uma biografia?
O STF não é um clube de serviços ou um time de futebol, muito menos uma agremiação partidária que coloca o indesejável para de baixo do tapete.
Lamentável!**

RESPONDER

Jose Maria Miranda da silva no 9 de maio de 2020 a partir do 15:14

A entrevista do Dr Ives Gandra nos leva, cada vez mais, a entender que o modelo de escolha dos ministros do STF deve ser alterado, e acho que a melhor maneira seria a escolha em lista tríplice apresentada pelo judiciário, ministério público e OAB, obedecidos os requisitos de notável saber jurídico e conduta ilibada. É bem provável que se fosse este o modelo adotado, teríamos no STF, senão o próprio, mas outros Ives Gandra que certamente existem no Brasil.

RESPONDER

Rogério Storino Gonçalves Gomes no 12 de maio de 2020 a partir do 10:05

Nada minimamente ilibado vem da OAB!

RESPONDER

Romeu Domingues Jr no 9 de maio de 2020 a partir do 16:39

Muito bom. Por favor façam uma entrevista como essa por edição.

RESPONDER

José Carlos Pires Monteiro no 9 de maio de 2020 a partir do 18:45

O eminente Ives Gandra Martins deu uma aula para os ministros do Supremo. Infelizmente como eles atualmente se sentem muito poderosos e donos das leis e verdades nunca aceitarão a aula. Esse tipo de comportamento que elevaram os Ministros de outrora à admiração do povo porque o STF era uma casa de defesa da Constituição desapareceu porque a maioria dos atuais ministros são mais militantes políticos do que guardiães das leis.

RESPONDER

Jean César Vasconcelos no 9 de maio de 2020 a partir do 18:56

Entrevista fantástica! Quero outras entrevistas assim na Revista Oeste.

RESPONDER

Helder Octavio Rodrigues Borges no 9 de maio de 2020 a partir do 19:33

Parabéns, Professor!

Parabéns, Paula!

Parabéns, Redação!

RESPONDER

Altair José Alves De Souza no 9 de maio de 2020 a partir do 20:23

Estou encantado! Parabéns!!!

RESPONDER

Vanessa Nacamura no 10 de maio de 2020 a partir do 09:14

Excelente artigo! Memorável!

RESPONDER

Ademilson Rodrigues Ribeiro no 10 de maio de 2020 a partir do 11:01

Parabéns! Ótima entrevista!

RESPONDER

Jorge zaverucha no 10 de maio de 2020 a partir do 19:26

Se as FFAA são o esteio da democracia, então não se pode dizer que há democracia. Alguém já ouviu falar que as FFAA dos EUA, Inglaterra, França etc são o esteio de suas respectivas democracias?

Jorge Zaverucha

RESPONDER

Fabricio no 10 de maio de 2020 a partir do 19:56

É muito bom receber os ensinamentos do Dr Ives Gandra. Seria uma dádiva se tivéssemos no STF, um ministro deste nível.

RESPONDER

Marcelo Gurgel no 11 de maio de 2020 a partir do 11:42

Acho que a turma do Supremo está precisando de umas aulas particulares.

RESPONDER

DULCE BERTOLUCCI no 11 de maio de 2020 a partir do 13:02

Excelente entrevista. Sugiro que esta revista publique as citadas 97 ações do Ministério da Damares para maior divulgação. Pouquíssima gente está a par.

RESPONDER

Flavio M Borges no 11 de maio de 2020 a partir do 18:30

Boa, pouca gente sabe dessas ações, e me incluo nos que não sabem.

RESPONDER

Breno De Luca no 11 de maio de 2020 a partir do 21:09

Muito reconfortante ter acesso as opiniões do Dr, Ives Gandra Martins. Sua análise objetiva e precisa se contrapõe a todas as inúmeras baboseiras que temos que engolir diariamente, seja nos meios de comunicação tradicionais ou mídias sociais.

Única ressalva relativa ao tratamento do PR com a imprensa atual, não dá para ser diferente, são muito bandidos. Forte abraço e vida longa a tão ilustre brasileiro.

RESPONDER

Rodnei Calcagnotto no 12 de maio de 2020 a partir do 09:59

Grande brasileiro!

Só que nessa parte: "Se o Bolsonaro não estivesse em briga permanente com a imprensa, essas boas obras que estão sendo feitas apareceriam mais e não seriam ignoradas."

Olha, haja otimismo!

RESPONDER

Rogério Carvalho no 12 de maio de 2020 a partir do 16:19

Professor definiu bem, o STF é o maior fator de instabilidade no Brasil. Virou uma JURISTOCRACIA. Sempre contra o Executivo. Quem poderá parar esses senhores de toga, degustadores de lagosta??? #STFVERGONHANACIONAL #ForaAlexandreDeMoraes

RESPONDER